

Governo e STF vão decidir sobre câmeras policiais

SEGURANÇA / Ministério da Justiça deve fixar diretriz para que os equipamentos fiquem ligados de forma contínua, diferentemente da decisão do governador de São Paulo, que permite ao agente interromper a gravação por vontade própria

Normas para câmeras da PM

» LUANA PATRIOLINO

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Levandowski, assina, na manhã de hoje, a portaria que estabelece as diretrizes nacionais de uso das câmeras corporais para policiais. A expectativa é que a pasta indique que os equipamentos fiquem ligados ininterruptamente — diferentemente da polêmica decisão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que deu autonomia aos agentes públicos para ligar e desligar o equipamento.

O documento deve uniformizar o uso dessa tecnologia no Brasil, com o objetivo de aumentar a transparência e a proteção dos profissionais de segurança e dos cidadãos. Apesar da recomendação federal, a instalação dos equipamentos, atualmente, não é obrigatória, cabendo a cada estado decidir sobre a norma.

Ontem, a Defensoria Pública de SP encaminhou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso, um pedido de mudança no edital de compra de câmeras corporais para a PM do estado. A coordenadora do núcleo especializado em Direitos Humanos e Cidadania do órgão, Fernanda Balera, que que os novos equipamentos tenham gravação ininterrupta e que sejam destinados aos batelões com maior índice de mortes em operações.

Adotadas no Brasil pela primeira vez em Santa Catarina, em 2019, as câmeras foram fundamentais para a resolução de inquéritos. Naquele ano, um homem morreu em um confronto policial no estado. As imagens mostraram que o policial agiu corretamente.

Da mesma forma, o equipamento serve para mostrar atos

da polícia em suas abordagens. Em março, o empresário Fernando Sastre de Andrade Filho dirigia um Porsche a 156,4 km/h quando provocou o acidente que matou um homem e deixou um jovem gravemente ferido, em São Paulo. A câmera registrou que ele foi liberado pelos policiais sem passar pelo teste do bafômetro.

Fagner Dias, especialista em segurança pública e doutor em comportamento e estratégia organizacional pela Universidade de Brasília (UnB) defende o uso das câmeras corporais. Ele diz que, atualmente, há "uma quantidade suficiente de evidências científicas para afirmar que as câmeras corporais têm uma efetividade positiva para reduzir a violência na atividade policial".

Ele reforça que as câmeras também ajudam nos casos em que o policial pode ser injustamente acusado de abuso. Porém, há um problema, na visão do especialista: a gestão dessas imagens. "Isso precisa ficar muito claro: quem vai ter acesso a essas câmeras? Quem vai fazer a gestão disso?", indaga.

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Adesp), André Santos Pereira, alerta para o uso malicioso dos registros, que podem se tornar instrumentos de perseguição política e administrativa. "Não se pode partir da falsa premissa de que há excessos em todas as ações policiais. Restrições no acesso e no uso das gravações e garantia de privacidade e segurança dos dados coletados são aspectos fundamentais a serem considerados. Portanto, a implementação de câmeras corporais pode trazer benefícios significativos, desde que seja feita de forma responsável, com o objetivo de promover a transparência e a prestação de contas do trabalho policial", disse ele, ao Correio.

PM-SP/Divulgação



Câmera corporal: Ministério da Justiça vai definir diretrizes para uso do equipamento pelas polícias

Caso Marielle: PF vai ouvir delegado preso

» RENATO SOUZA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Federal (PF) colha o depoimento do delegado Rivaldo Barbosa, acusado de planejar o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, em 2018. No atentado, no Centro da cidade, também foi morto o motorista Anderson Gomes. O delegado enviou a Moraes um bilhete pedindo "pele amor de Deus" para ser ouvido.

"Por misericórdia, solicito que V.Exa. faça os investigadores me ouvirem, pelo amor de Deus",

escreveu o delegado. Barbosa está preso na Penitenciária Federal de Brasília. Alexandre de Moraes deu prazo de cinco dias para que a corporação ouça o delegado. A PF aponta que o delegado teria recebido R\$ 400 mil para obstruir as investigações e dificultar que as autoridades chegassem aos mandantes do crime, os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, que também estão presos.

A oitiva do delegado tinha sido solicitada no mês passado, mas ainda não foi realizada. A defesa de Rivaldo nega que ele tenha participado do planejamento do crime. Em

depoimento à PF, o executor do atentado, Ronnie Lessa, revelou que recebeu uma proposta milionária para assassinar Marielle.

"Sociedade"

De acordo com ele, em troca, seria integrado ao quadro de sócios de um loteamento clandestino na Zona Oeste do Rio, em área controlada por milicianos. "Era muito dinheiro envolvido. Na época, daria mais de 20 milhões de dólares. A gente não está falando de pouco dinheiro. Ninguém recebe uma proposta de receber 10 milhões de dólares



Há uma quantidade suficiente de evidências científicas para afirmar que as câmeras corporais têm uma efetividade positiva para reduzir a violência na atividade policial"

Fagner Dias, especialista em segurança pública

simplesmente para matar uma pessoa", declarou ele, em vídeo que foi exibido pela TV Globo.

De acordo com Lessa, ele recebeu a proposta dos irmãos Brazão. O acusado não informou quando começaria a ocupação do terreno, mas a vereadora seria um dos entes políticos para a concretização do plano. "Na verdade, eu não fui contratado para matar Marielle, como um assassino de aluguel. Eu fui chamado para uma sociedade", completou Lessa. A partir do depoimento de Barbosa, novas diligências podem ser feitas pela PF, caso o ministro Alexandre de Moraes considere necessário.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 4